



**TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA
DE POPULAÇÕES AMAZÔNICAS NO RIO ACARAQUI
(ABAETETUBA-AMAZÔNIA-BRASIL)**

**TERRITORIALITIES AND SURVIVAL STRATEGIES OF AMAZONIAN
POPULATIONS ON THE ACARAQUI RIVER (ABAETETUBA-PARÁ-
BRAZIL)**

**TERRITORIALIDADES Y ESTRATEGIAS DE SUPERVIVENCIA DE
POBLACIONES AMAZONAS EN EL RÍO ACARAQUI (ABAETETUBA-
AMAZONIA-BRASIL)**

Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca na Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto da UFPA.
Bolsista FAPEAP/CAPEES.
cnsgeo@yahoo.com.br

Thiago Maciel Vilhena

Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. Bolsista
PIBIC/CNPq.
thiagovilhena93@yahoo.com.br

João Marcio Palheta da Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho –
UNESP/Presidente Prudente. Professor Associado da Universidade Federal do Pará – UFPA.
jmpalheta@ufpa.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Doutor em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona. Pós-doutor em
Geografia PPGEU/UFPA. Professor Associado da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
Pesquisador do GAPTA/CNPq.
ricardoangelo_pereira@yahoo.es

Hugo Pinon de Sousa

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGEU/UFPA. Bolsista CAPES.
hugosousa16@gmail.com

Joanderson Barra Lima

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGEU/UFPA. Bolsista CAPES.
joandersonbarra@bol.com.br

Recebido para avaliação em 21/04/2017; Aceito para publicação em 07/11/2017.

RESUMO

Os usos sustentáveis dos recursos naturais surgem como via escapatória para amenizar a depredação ambiental e contornar o problema da escassez destes recursos no contexto atual. Com isso, um conjunto de situações leva a sociedade a buscar alternativas relacionadas ao manejo

sustentável destes recursos. É diante desta perspectiva que esta pesquisa norteia sua análise, buscando uma compreensão maior dos fenômenos sociais e de sua relação com o meio natural. A necessidade desta pesquisa está em proporcionar mais informações sobre a importância das atividades produtivas realizadas pelas populações amazônidas, buscando entender como essas populações se territorializam e se reproduzem por meio de estratégias de sobrevivência no seu território. Destinamos o estudo deste enfoque na comunidade de Acaraqui, localizada às margens do rio de mesmo nome, no município de Abaetetuba, estado do Pará. A análise tende a dar maior ênfase em quais são as atividades produtivas realizadas pelos moradores da localidade, realizando observações acerca das estratégias de sobrevivência usadas ao longo do ano, de forma a elaborar um mapeamento participativo dos territórios de (con)vivência dos moradores.

Palavras-chave: Estratégias de Sobrevivência; Territorialidades; Amazônia; Rio Acaraqui.

ABSTRACT

The sustainable uses of natural resources appear as an escape route to alleviate environmental depredation and to overcome the problem of the scarcity of these resources in the current context. With this, a set of situations lead society to seek alternatives related to the sustainable management of these resources. It is from this perspective that this research guides its analysis, seeking a greater understanding of social phenomena and their relationship with the natural environment. The need of this research is to provide more information about the importance of the productive activities carried out by the Amazonian populations, trying to understand how these populations are territorialized and reproduce themselves through survival strategies in their territory. We aim to study this approach in the community of Acaraqui, located on the banks of the river of the same name, in the municipality of Abaetetuba, state of Pará. The analysis tends to place greater emphasis on what are the productive activities carried out by local residents, making observations about the survival strategies used throughout the year in order to prepare a participatory mapping the territories of (co)existence of the residents.

Keywords: Survival Strategies; Territorialities; Amazon; Acaraqui River.

RESUMEN

Los usos sostenibles de los recursos naturales surgen como vía escapatoria para amenizar la depredación ambiental y eludir el problema de la escasez de estos recursos en el contexto actual. Con ello, un conjunto de situaciones llevan a la sociedad a buscar alternativas relacionadas al manejo sustentable de estos recursos. Ante esta perspectiva es que esta investigación orienta su análisis, buscando una comprensión mayor de los fenómenos sociales y de su relación con el medio natural. La necesidad de esta investigación está en proporcionar más información sobre la importancia de las actividades productivas realizadas por las poblaciones amazónicas, buscando entender cómo esas ellas se territorializan y se reproducen por medio de estrategias de supervivencia en su territorio. El análisis tiende a dar mayor énfasis en cuáles son las actividades productivas realizadas por los pobladores de la localidad, realizando observaciones acerca de las actividades productivas realizadas por la gente de la localidad, de las estrategias de supervivencia usadas a lo largo del año, para elaborar un mapa participativo de los territorios de (con) vivencia de los habitantes.

Palabras clave: Estrategias de Supervivencia; Territorialidades; Amazonia; Río Acaraqui.

INTRODUÇÃO

Este artigo está vinculado a um projeto principal o qual busca observar, verificar e analisar as estratégias de sobrevivência de populações amazônidas, representando o uso dos territórios a partir de técnicas de mapeamento participativo e da pesquisa

participativa em campo; tendo como locus de pesquisa o rio Acaraqui, localizado no baixo Tocantins, interior do estado do Pará¹. A comunidade do rio Acaraqui se destaca por ser uma das comunidades de remanescentes de quilombolas da região e ter a sua economia e dieta alimentar ligada à produção e ao consumo do Açaí (*Euterpe oleracea*). Todavia, como esta é uma fruta sazonal, ou seja, tem um período de safra no ano, na entressafra a população utiliza outros tipos de estratégias para complementar sua dieta alimentar e a economia local.

Ao longo do rio Acaraqui, durante a realização da pesquisa em campo, podemos perceber como a população sobrevive e quais as suas estratégias de sobrevivência ao longo do ano, diversificando a produção com: o plantio de hortaliças, frutas e tubérculos em roças/roçados; a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, patos, etc.); a produção de carvão; a retirada e o corte da madeira e por fim a prática da pesca de camarão e de peixes. Esta diversidade de produção e variadas formas de sobrevivência são importantes para que as famílias da área de pesquisa se mantenham durante o período de entressafra do açaí, tendo em vista que no período de safra as comunidades se dedicam exclusivamente à retirada e venda do fruto (LIMA, 2015).

O mapeamento participativo entra nesta fase como uma forma analítica destas territorialidades, a partir da visão da comunidade sobre seu próprio território, levando em consideração que a participação da população local consiste no conceito central para o processo de mapeamento participativo pretendido (ALMEIDA; VENTORINI, 2014; JOLIVEAU, 2008). Neste sentido, deve ser dada a oportunidade aos moradores dessas comunidades de expressar seus conhecimentos de acordo com suas percepções sobre o uso de recursos naturais, exercitando um processo aberto que pretende comunicar, representar, instruir e sustentar ações a partir da contribuição de sujeitos, facilitadores e parceiros (SILVA; VERBICARO, 2016).

Inicialmente, para a realização desta pesquisa foi necessário fazer um levantamento bibliográfico acerca do tema. Assim, livros, textos e artigos científicos citados no decorrer deste manuscrito foram de suma importância para entendermos de forma concreta os conceitos e categorias de análise que aqui são trabalhados, que permitiram significativas concepções sobre o território e as estratégias de sobrevivência de populações em ambiente rural. Após esta etapa, foi necessário um levantamento de dados em órgãos públicos como o IBAMA, SEMA, IBGE, INCRA, ITERPA, SIPAM e no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Quilombola em Abaetetuba, com

¹ Entendemos neste artigo como estratégia de sobrevivência o conjunto dos métodos, costumes, hábitos e técnicas que as populações utilizam para garantir a sobrevivência familiar nos diferentes períodos do ano.

objetivo de buscar informações sobre a população local, imagens de sensores remotos e bases cartográficas vetoriais.

Na literatura encontramos vários procedimentos para executar o mapeamento participativo, tais como o mapa mental, o mapeamento de transecto e modelagem 3D participativa, técnicas cartográficas digitais, incluindo o *Global Position System* (GPS), uso de fotografias aéreas e imagens de sensoriamento remoto, aplicação de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e outras tecnologias baseadas na cartografia digital (SILVA, 2013).

A importância da cartografia participativa é dada pelo fato de representar o conhecimento local que as comunidades têm a respeito das suas territorialidades, do seu cotidiano, locais de convívio, trabalho, suas estratégias de sobrevivência e seu mundo (SILVA; VERBICARO, 2016). Existem diferentes formas de realizar um mapeamento participativo, porém, nesta pesquisa, buscamos utilizar técnicas de cartografia digital, como imagens de sensoriamento remoto, sistema de informação geográfica (SIG) e algumas outras técnicas dentro do que conhecemos como cartografia digital. Dessa forma, escolhemos alguns procedimentos metodológicos para serem aplicados para construirmos uma cartografia baseada no conhecimento e percepção dos moradores do rio Acaraqui.

A partir daí fizemos incursões a campo com o intuito de conhecer a dinâmica da população, observar o seu dia a dia e seu modo de vida e estabelecer contatos com os trabalhadores e moradores da localidade. Foram realizadas 12 entrevistas com os moradores da área de estudo², sob um roteiro de 15 perguntas no qual buscamos conhecer melhor o seu cotidiano e como eles reconhecem seus territórios e de outros atores, elencando informações que poderiam ser representadas nos mapas posteriormente. As incursões a campo foram de suma importância para entendermos todas essas dinâmicas e relações da comunidade, obviamente, não podemos conhecer todas, mas aqui, trazemos colocações fundamentais ao entendimento da dinâmica territorial que ocorre dentro da comunidade tradicional do rio Acaraqui.

Em seguida, foi iniciado o processo de mapeamento participativo que utilizou dois procedimentos metodológicos para ser aplicado na comunidade, conforme IFAD (2009) e Silva e Verbicaro (2016) demonstram:

Mapeamento com Bases Cartográficas: Neste procedimento uma equipe de facilitadores leva à comunidade um mapa base, contendo algumas informações georreferenciadas como sede municipal e rede hidrográfica, por exemplo. Sobre

² Buscamos entrevistar moradores nativos da comunidade ou os mais antigos que possibilitaram aos pesquisadores o entendimento da realidade local e da dinâmica territorial.

ele os participantes plotarão a localização da sua comunidade, mapeando as informações que desejam representar, proporcionando uma simbologia adequada de acordo com as figuras selecionadas pelos próprios elaboradores (SILVA; VERBICARO, 2016, p. 06).

Neste momento foram disponibilizados mapas para a comunidade, contendo uma base cartográfica com informações básicas da região que vivem, para que estes possam se localizar e apontar suas áreas de vivência, como: casas, escolas, locais de pesca, açaiçais, campos de futebol, igrejas das mais variadas religiões, locais de conflito e etc. Neste procedimento observou-se uma dificuldade de alguns comunitários em se localizar e mapear certas informações, o que foi minimizado com a participação/explicação pelos membros da equipe de campo, que agiu como facilitadora no processo de construção do mapa. Ainda nesta etapa, a equipe de facilitadores aplicou o segundo procedimento metodológico que consiste na utilização de uma carta-imagem³, onde foram apresentados os seus espaços de vivência e uso dos recursos naturais.

Seguindo a metodologia proposta por Silva e Verbicaro (2016), trouxemos os mapas da comunidade para o ambiente computacional, com o uso do *software* de geoprocessamento QGis 2.14⁴ e assim foi possível elaborar um mapa síntese, onde representamos com maior fidelidade possível a visão da própria comunidade de seus territórios. Desta forma, argumentamos que este trabalho é importante tanto para a comunidade acadêmica quanto para a população da comunidade que foi estudada, pois o mapa produzido reúne informações socioeconômicas do uso dos recursos naturais, representando as territorialidades e colocando em um produto cartográfico e de forma sistemática como a população sobrevive.

A seguir, faremos uma breve abordagem conceitual e teórica sobre os conceitos e categorias que auxiliaram na elaboração deste artigo e permitiram o diálogo com a realidade estudada em campo. Após este momento faremos a apresentação e análise dos trabalhos de campo, mostrando, a partir de fotos, entrevistas e do mapa participativo, os resultados da pesquisa.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

³ Segundo Silva e Verbicaro (2016), a confecção de uma carta-imagem, deve ser realizada com o cruzamento dos dados cartográficos, tais como rede hidrográfica, limites municipais, rede rodoviária, pontos de GPS (*Global Position Systems*) da comunidade (escola, centro comunitário e igreja) e imagens de sensoriamento remoto de alta resolução espacial.

⁴ O Quantum Gis ou simplesmente QGis é um *software* de geoprocessamento gratuito e disponível na internet no endereço: <http://www.qgis.org/pt_BR/site/>.

O conceito território vem sendo trabalhado pela geografia desde o seu período considerado clássico. Contudo, até hoje vários autores tiveram concepções diferentes e/ou similares acerca deste tema. Como pensador importante do conceito de território, Friedrich Ratzel (1983) foi um dos pioneiros a tratar sobre os conhecimentos territoriais em sua análise, concluindo que a abordagem territorial está diretamente vinculada ao poder e ao domínio exercido pelo Estado nacional, de forma que o território cria/permite uma identidade tal que o povo que nele vive não se imagina sem a sua expressão territorial.

Nas décadas de 1960 e 1970 tem-se uma revisão e renovação das concepções territoriais, possibilitadas por uma renovação crítica que teve grande influência do método materialista histórico e dialético e, assim, ocorreu a redescoberta do território, principalmente por conta das lutas dos trabalhadores nos anos de 1968-1969 no norte da Itália, em que o debate territorial passou a ser entendido como um fruto das relações sociais, organizadas de forma política e espacial (QUAINI apud SAQUET, 2015).

Especificamente, para Dematteis (apud SAQUET, 2015), o conceito de território é entendido como um produto social, lugar de vida e de relações sociais que é um fator determinante na economia, política e que se deve levar em consideração fatores psicológicos e técnico-econômicos. O campo de domínio é efetivado por diferentes instituições, assim como verificou Ratzel (1990), em que este incorpora o Estado quando fala nessas instituições, podendo ser estatais ou não. Além disso, observa-se que o território é produto condicionante da reprodução da sociedade.

Observamos que Dematteis (apud SAQUET, 2015) faz uma abordagem crítica e democrática e dá um enfoque histórico em suas colocações, além de sempre deixar claras as relações sociais dentro do território, sendo que estas relações, no que tange comunidades com saberes tradicionais, são de suma importância pelo fato de que a vida em comunidade potencializa ainda mais estas relações e o território é lugar social da vida dos habitantes, assim como o lugar onde está o fruto da sua economia.

Outro autor, que na atualidade trabalha o conceito de território é Marco Aurélio Saquet (2010, 2011, 2015), que faz uma abordagem territorial bastante ampla e por isso tende a corroborar em certas partes com os autores citados acima. O território, segundo Saquet (2011), é o resultado de uma condição dos processos espaciais, sociais, ambientais e de desenvolvimento, logo, temos um termo em larga escala de concepção de território, o que difere da concepção de Claude Raffestin (1993), pois em Saquet (2011) vemos que o autor busca uma alteração nas relações de poder para aproveitar as relações identitárias, políticas e de coesão. Saquet (2011) traz a concepção de identidade como um produto que

é construído historicamente, que dá a condição para o desenvolvimento. Desse modo, percebemos nessa colocação do autor a corroboração com a “condição de desenvolvimento” usado por Raffestin (1993), que é a condição para se ter um território a partir de uma relação de poder.

Este poder é exercido e ao mesmo tempo se constitui dentro do território para que haja a manutenção do mesmo. E, analisando mais a fundo percebemos que existem diferentes relações de poder no espaço. Porém, este poder não é algo que possa ser guardado e usado apenas quando se quer; o mesmo “não pode ser armazenado e mantido e reservado para casos de emergência, como instrumentos da violência: só existe em sua efetivação” (ARENDT, 1983, p. 212).

Em Saquet (2010) aproximamos ainda mais nossa análise, pelo fato deste trazerem seus escritos que não existe território sem sujeitos sociais ou sujeitos sem território, e assim aprendemos que:

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades. [...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço versus território também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro, são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território. [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares (SAQUET, 2010, p. 158).

Assim, no que se refere às territorialidades Saquet (2010) mostra que estas se apresentam em quatro níveis: 1) relações sociais; 2) apropriações do espaço geográfico de forma concreta ou simbólica; 3) intencionalmente e; 4) como práticas espaço-temporais. Desta forma, a territorialidade assume, portanto, o caráter político em favor do desenvolvimento territorial de forma justa e equitativa, isto é, são ritmos, cotidiano e processos históricos em que o território se efetiva a partir das relações entre indivíduos, entre territorialidades e lugares.

Apesar de não termos encontrado dentre as obras de Marco Aurélio Saquet exemplos para o estudo de territorialidades na região amazônica, a sua forma abrangente de trabalhar o conceito de território nos permite fazer um diálogo que corrobora com o propósito deste artigo, em que o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades (SAQUET, 2001; 2003).

Neste sentido, a apropriação do espaço geográfico, concreto ou simbólico como citado acima, pode ser entendida em populações como a do rio Acaraqui onde a demarcação do território não se dá a partir da construção de cercas ou muros, como estamos acostumados a observar em áreas urbanas, mas sim com “demarcações naturais” onde a presença de uma árvore, rio ou depressão do relevo pode definir a demarcação do início ou fim de um determinado território.

As populações com saber tradicional são assim denominadas em razão de suas práticas e conhecimentos no que diz respeito ao uso conferido aos recursos naturais. Esse saber tradicional é fruto da observação *in loco* do comportamento do espaço que os circunda, com seus conteúdos de objetos e ações. Assim, o modo de vida dessas populações está constituído dessa construção socioespacial, que territorializa-se no espaço geográfico, configurando-se sobre estes territórios suas próprias territorialidades, ditos tradicionais pelas razões expressas anteriormente. Essas configurações territoriais são relações de poder entre diferentes atores sociais, no qual o trabalho que as promove está intimamente mediado pelo modo de vida praticado por um determinado grupo social.

Nesse sentido, quando ocorre a territorialização de um indivíduo ou grupo esta se faz com o objetivo de individualizar o seu espaço de vivência/trabalho, que possibilita a localização e diferenciação deste espaço como forma de (re)afirmação de sua identidade⁵ territorial e também como forma de organizar seu *campo operatório de ação* (RAFFESTIN, 1993), criando assim ordenamentos territoriais que organizam as relações de poder para a delimitação das fronteiras e /ou limites do território.

Esse campo operatório de ação é compreendido como sendo a territorialidade desses sujeitos sociais e, portanto, parte integrante do território, entendendo o território como sendo “(...) um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Nesse caso, um trabalho que é em síntese as práticas e conhecimentos tradicionais desses indivíduos em consonância com seu respectivo modo de vida. Paul Vidal de La Blache (1954, p. 172) define modo de vida como:

(...) uma transmissão hereditária de processos e de invenções, que constitui qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor-ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa a criação.

⁵ Para Claval (apud CRUZ, 2013, p. 22), “(...) a maior parte das estruturas conhecidas se traduz por meio de formas de territorialidades, indispensáveis a afirmação e à realização de modos de existência e de identidades coletivas”.

As fronteiras e/ou limites desses territórios não são imutáveis e passam por constantes metamorfoses territoriais em diferentes escalas no tempo e no espaço. Nesse sentido, o domínio e/ou posse dos atributos sociais e naturais do território também são, como essa perspectiva, efêmeros, podendo ser palco de disputas pelo controle deste gerando-se possíveis conflitos territoriais. É necessário ressaltar que os territórios e as territorialidades de populações tradicionais não estão disparatados e sim consolidados, no geral, formando o território de uma determinada comunidade. Wagley (1988, p. 44) expressa que:

É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas.

São as regras sociais das comunidades que estabelecem os mecanismos de controle e posse sobre as territorialidades dos territórios tradicionais. Visto que a delimitação das fronteiras e limites destes indivíduos restringe-se pela conformação da comunidade, que possuem o reconhecimento dos demais atores sociais exógenos. Assim, os territórios tradicionais, uma vez que são constituídos por práticas tradicionais, em comunidades onde há o predomínio do modo de vida tradicional, o exercício do poder, de maneira geral, é uma prática dos idosos, que possuem a função de delegar o cumprimento de tarefas do grupo social, como forma de garantir as estratégias de sobrevivência que consolidem o seu modo de vida em uma determinada coletividade. Sobre o exercício do poder, Raffestin (1993) define:

É aceitável a ideia de que o poder vem de baixo, se ele está no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional e não subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não-subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo da significado ao sujeito. Enfim, é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Com isso, se percebe que a manifestação do poder está no dia a dia em uma coletividade. E na organização dessa relação há condições de transformações dadas a partir do trabalho desses atores sociais, que possui o objetivo pautado na sobrevivência, orientada por um saber tradicional, compondo um campo de poder⁶. É nessa dimensão, da

⁶ O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

territorialidade, que ocorrem os possíveis conflitos territoriais, pois nesta dimensão cristaliza-se o uso cotidiano dos recursos naturais mediadas pelo trabalho. Silva (2012) nos mostra que essas demarcações (territorialidades) podem ocorrer simbólica ou materialmente e nos ensina que:

(...) a territorialidade/territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo; muros, cercas etc.) (SILVA, 2012, p. 62).

A identidade do território, bem como suas configurações territoriais, próprias de uma comunidade, estão condicionadas pelo contexto histórico do lugar, conforme expõe Saquet (2015), estes estão conectados em rede e por redes e que transcendem aos fatores do lugar, mas que adquirem significado e significância por esse último. Os conflitos territoriais nascem no momento em que a identidade territorial, que corresponde às conotações de posse e domínio, é violada pelos atores sociais rotulados como sendo “os de fora”, isto é, aqueles cuja realidade é exógena ao contexto da comunidade e do lugar.

Se compreendermos o modo de vida como elemento territorializador do espaço e condicionante do trabalho realizado pelas populações com saber tradicional no tratamento dos recursos naturais, devemos ressaltar que esse modo de vida não é algo isolado e que sofre transformações e continuidades marcadas por diferentes temporalidades no espaço.

O modo de vida é nesse sentido condicionado também pelo contato com outros contextos sociais tidos como exógenos. O contato com os elementos da sociedade em globalização realiza mudanças com a inserção de aspectos tecnológicos, absorvidos parcialmente por essas populações, pois são filtrados e transformados pelo seu respectivo modo de vida. Assim observa-se que as populações como do rio Acaraqui, apesar do contato com outros elementos culturais, ainda guardam traços culturais voltados para o extrativismo ribeirinho e/ou pela policultura familiar. E, em síntese, esses grupos sociais realizam a gestão participativa de seus territórios e territorialidades, pois possuem uma organização socioespacial própria, com cooperativas/acordos e com interesses comunitários planejados e executados pelos membros das comunidades que utilizam os recursos naturais de seus territórios de acordo com as necessidades do dia-a-dia.

TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO RIO ACARAQUI

O município de Abaetetuba localiza-se na região do baixo Tocantins, no estado do Pará, cujo território é impactado diretamente por uma série de empreendimentos minero-metalúrgicos (Complexo de Barcarena), hidroelétrico (UHE de Tucuruí) e de agronegócio (pecuária e dendê). A comunidade de Acaraqui fica localizada em rio homônimo, nas proximidades de Abaetetuba. O principal acesso à comunidade é pelo rio Acaraqui e via Marataúira, estes servem tanto como via de acesso como também de via de escoamento da produção. Além dos cursos d'água, existe uma estrada que liga a área à PA 407, porém, é pouco usada pelos moradores devido, principalmente, ao fato de o principal meio de transporte ser o barco. Na figura 1 vemos a localização da comunidade de Acaraqui.

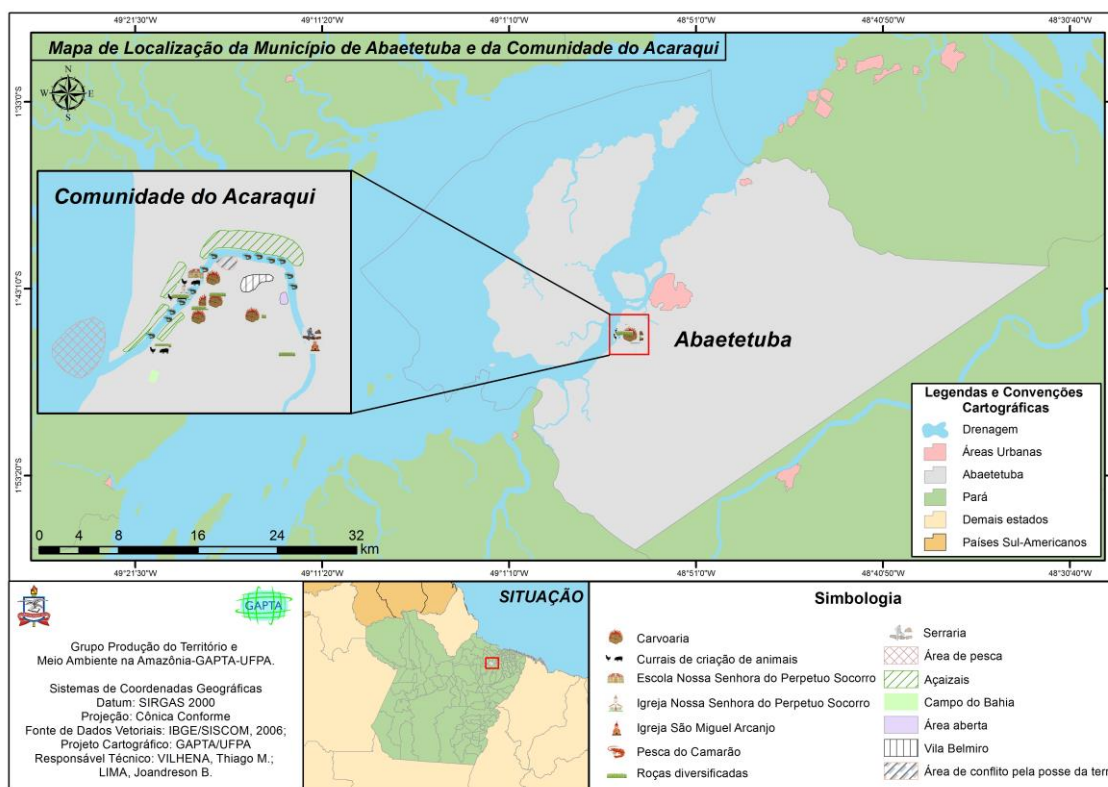


Figura 1 – Mapa de localização da comunidade do rio Acaraqui

Fonte: Elaboração dos autores.

Na análise das estratégias de sobrevivência, a comunidade tem como sua principal fonte econômica e alimentar o açaí; este – como fruta sazonal – tem sua época de safra iniciada em meados de julho, diminuindo até o mês de dezembro, quando começa o período de entressafra. Percebemos que o período de colheita do açaí altera a rotina dos moradores do Acaraqui. Segundo os entrevistados, os “peconheiros”⁷ – ou apanhadores de açaí, iniciam suas atividades por volta de 4 horas da manhã e dependendo do tamanho do

⁷ São as pessoas responsáveis pela colheita do açaí (SILVA et al., 2016).

açazal⁸ cerca de 3 homens fazem a colheita, subindo de árvore em árvore, coletando os cachos dos frutos nas copas das palmeiras.

Todavia, os maiores produtores chegam a contratar vários peconheiros para a retirada dos cachos das árvores. O pagamento destes apanhadores varia de acordo com o “acerto” que ocorre com o dono do açazal, sendo que alguns coletores aceitam como pagamento do serviço uma parte da produção do açaí ou do palmito⁹, que é retirado com o manejo dos açazais também ou simplesmente recebem o pagamento em dinheiro por rasa¹⁰ coletada durante a colheita.

Na figura 2 observamos os açazais presentes ao longo do rio Acaraqui. Vemos nesta figura a ocupação majoritária da palmeira do açazeiro, o que corrobora com o que já falamos a respeito da grande produção de açaí na região.



Figura 2 – Açazais ao longo do rio Acaraqui
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Após a colheita, o açaí é estocado em rasas e transportado em rabetas¹¹ e levado até o porto da cidade de Abaetetuba para a venda. Em alguns casos, segundo um dos entrevistados, o açaí é vendido a atravessadores que apenas compram a produção para revender a terceiros. Estes últimos conseguem comprar as rasas de açaí a preço baixo, pelo

⁸ Açazal é a área de plantio com as árvores de açaí, os açazeiros.

⁹ O palmito é a parte interna do açazeiro, trata-se de uma iguaria muito procurada e apreciada no comércio regional.

¹⁰ Recipiente em que é estocado o fruto do Açaí.

¹¹ Barcos típicos de pequeno porte, tipicamente locais, que transportam o açaí até o seu local de consumo ou comércio.

fato de irem buscar o açaí na casa ou até no açaizal do produtor e, assim, revendem a produção mais caro para as fábricas ou comerciantes da região. Esta relação ocorre porque alguns produtores não possuem condições de transportar o açaí até o porto ou feiras e assim estão sujeitos a esta relação comercial. Assim, majoritariamente, o açaí produzido às margens do rio Acaraqui é vendido na feira de Abaetetuba.

O açaí, além de norteador principal da economia da população, também se faz presente na dieta alimentar dos moradores, sendo, como relatado por um dos entrevistados, “o prato que não pode faltar na mesa” do ribeirão. Desse modo, os açaizais estão presentes na vida cotidiana dos moradores do rio Acaraqui e fazem parte da paisagem e da própria identidade cultural e territorial. Corroborando com isso, observamos na figura 3 uma casa tipicamente local, cercada por açaizeiros, em que observamos que não há cercas ou muros que delimitem o terreno, mas a própria floresta ou palmeiras de açaí demarcam o território individual e coletivo da comunidade.



Figura 3 – Casa local
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O açaí, como podemos constatar, é o principal elemento presente na identidade territorial da comunidade de Acaraqui e, mesmo no período de entressafra, continua sendo o prato principal na dieta da população local e o principal elemento da economia local, visto que a época da diminuição do fruto marca o período do manejo dos açaizais e o aumento da produção do palmito. Na entressafra ocorre a diminuição do açaí, mas não chega a cessar e a escassez do produto o torna mais caro, chegando a quadruplicar o valor

da rasa em determinados momentos, levando os moradores a diversificarem as estratégias de sobrevivência do Acaraqui.

Assim, uma das estratégias de sobrevivência presente na entressafra do açaí e que se destaca é a produção de roças ou roçados de culturas diversas de frutas e verduras como a mandioca (*Manihot esculenta*), maxixe (*Cucumis Anguria*), melancia (*Citrullus lanatus*), coco (*Cocos Nucifera-Arecaceae*), banana (*Musa sapientum*). Segundo os entrevistados, essas culturas servem como um complemento de renda, tanto no que tange a dieta alimentar, como da economia familiar. Segundo relatos, poucas são as roças feitas para que haja uma grande produção, para assim ocorrer maiores vendas e, quando há produção de excedente, o que foi notado é que este serve mais para subsistência dos moradores locais da comunidade. Na figura 4, percebemos uma plantação de mandioca na comunidade estudada.



Figura 4 – Plantação de mandioca no rio Acaraqui
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Um morador durante as entrevistas nos reportou que a madeira utilizada para a produção de carvão é a Paracaxi (*Pentaclethra Macroloba*) e o Marupa (*Simarouba amara Aubl, Simaroubacea*). Para que esta madeira se transforme em carvão, o entrevistado nos contou que a madeira seca deve ficar em torno de vinte e quatro horas queimando dentro dos fornos, já a madeira verde em torno de 30 a 32 horas, para que o carvão fique pronto. O segredo para que ocorra tudo dentro dos procedimentos tradicionais locais é o acondicionamento dentro do forno, e isso se dá pelo cuidado durante a fabricação da tolda. Nota-se que grande parte dos entrevistados que exercem esta função tem pouca preocupação com a fuligem que sai desses fornos, que podem causar tanto doenças respiratórias, quanto problemas na visão.



Figura 5 – Forno para a produção de carvão
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O segundo destino das árvores que são retiradas da floresta, para o plantio de culturas de roçados, são as serrarias locais, em que as árvores de médio e grande porte, como a Ucuuba (*Virola Surinamensis*), são extraídas para a produção de tábuas, que são vendidas para as estâncias presentes no município de Abaetetuba. Analisamos que esta estratégia de sobrevivência é ligada tanto na limpeza das áreas de roçado quanto para o preparo das áreas dos açaizais, pelo fato de que, segundo os moradores entrevistados, a presença dessas árvores atrapalha o crescimento e o desenvolvimento do açaizeiro. Na figura 6 vemos uma dessas serrarias ao longo do baixo Acaraqui.



Figura 6 – Serrarias no rio Acaraqui
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

A criação de pequenos animais nos quintais das residências presentes no rio Acaraqui é comum em toda a região amazônica (SILVA, 2014) e seu direcionamento é, principalmente, o consumo familiar dos moradores do rio Acaraqui. Os animais mais comuns criados nos quintais das moradias são aves e suínos. Também é comum encontrarmos neste tipo de criação os animais silvestres capturados na floresta ou em rios, para o consumo familiar, assim, é possível encontrarmos o jabuti (*Testudo tabulata*), a preguiça (*Bradypus tridactylus*), tatu (*Tatu siahybrid*) e a cutia (*Dasyprocta aguti*) (SILVA, 2014). Na figura 7 vemos alguns desses animais criados em pequenos currais para que não ocorra a fuga para terrenos vizinhos.



Figura 7 – Animais de pequeno porte criados em currais nos quintais das residências
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Ainda no que se refere à criação de animais, o único que é direcionado para venda, tanto ao longo do rio quanto nas feiras próximas, são os suínos, que são transportados até as feiras próximas, vivos ou abatidos; para este tipo de criação os moradores fazem investimentos significativos como a compra de rações e a construção de currais adequados para essa espécie. Na figura 8 vemos a criação de um desses animais.



Figura 8 – Criação de porcos para venda ou consumo local
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Outra estratégia de sobrevivência presente na comunidade é a pesca de peixes e de camarões em rios próximos. No entanto, percebemos que em comparação às outras estratégias já mostradas esta é utilizada quase que unicamente para o consumo próprio. Na figura 9 vemos um instrumento/apetrecho de pesca chamado de matapi, que caracteriza-se por ser uma armadilha típica da região, utilizada para a pesca do camarão.



Figura 9 – Matapis utilizados para a pesca do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Durante a pesquisa de campo percebemos que as diversas estratégias para garantir a sobrevivência das famílias são complementadas com outras fontes de renda, como bolsas – família, floresta, defeso, aposentadorias, vendas de produtos industrializados em pequenos comércios ao longo dos rios, serviços públicos ligados à prefeitura local, pequenos serviços de carpintaria/alvenaria, dentre outras. Sendo que, alguns desses complementos intensificam-se em determinados períodos do ano, principalmente na entressafra do açaí. É

importante enfatizar que estas estratégias de sobrevivência são executadas/praticadas individualmente por uma família e/ou coletivamente, com o auxílio de diversas famílias conjuntas em serviços que demandam diversas pessoas, como acontece com o plantio em roçados ou com a extração da madeira. Esta “união coletiva” é uma das principais estratégias que os moradores utilizam no auxílio solidário em tempos difíceis e/ou de crise.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NO RIO ACARAQUI

Os mapas, quando surgiram, tinham como objetivo principal traçar rotas marítimas ou terrestres. Para Acselrad (2008, p. 13):

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, com o consequente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais “objetivos”. O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo.

O mapeamento participativo vem se mostrando como uma importante metodologia para se conhecer e descobrir territórios que até então eram apenas do conhecimento das populações que os usam/habitam. Todavia, a participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe apenas à confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção destas representações, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN apud GORAYEB, 2014).

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe a confecção dos mapas, pois é a partir do processo de construção dos produtos cartográficos que demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva. Cada situação de mapeamento participativo tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados no Brasil, pode ser a seguinte: 1) busca por legitimidade; 2) procura

pela coleta de informações mais precisas e; 3) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN apud GORAYEB, 2014).

Neste sentido, o mapeamento participativo é de suma importância para a comunidade, pelo fato de representar – tanto para a própria comunidade como para o meio acadêmico – as territorialidades e o território de seus locais de convívio, trabalho, seu mundo e seu modo de percepção, além de seus espaços simbólicos. Os mapas participativos podem trazer características próprias da região, que só o morador local identifica e/ou conhece, logo, observamos que um mapa não é um algo fechado e sim um processo permanente de construção (SILVA; VERBICARO, 2016). Na figura 10 observamos a implantação do mapeamento participativo com os moradores do rio.



Figura 10 – Implantação da metodologia de mapeamento participativo com os moradores do rio Acaraqui
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Para a realização desta metodologia, antes de tudo, escolhe-se o público alvo dentro da comunidade, se selecionam sujeitos sociais que conhecem o espaço que habitam, assim como, conseguem se localizar dentro de uma determinada representação do rio. É necessário mostrar a todos os participantes o mapa-base do território ocupado. Sugere-se que a apresentação e plotagem de informações se deem com a distribuição dos participantes em grupos com três ou mais pessoas, para que a realização do mapeamento seja diversificada. Após isso, deve-se entregar o mapa-base para os grupos juntamente com os lápis/canetas que serão utilizados pelos mesmos. É importante reforçar para os mapeadores que não deverão se importar com erros e/ou a elaboração de desenhos bonitos, mas que sejam compreensíveis e que após a localização de algum objeto ou fenômeno, o mapeador escreva o seu significado ao lado (SILVA; VERBICARO, 2016).

Ao dar início ao mapeamento com o uso desta modalidade é preciso fazer a monitoria dos grupos para que a confecção dos mapas não seja feita única e exclusivamente por uma só pessoa e sim para que todos participem. Devem-se observar as demarcações e

tirar dúvidas dos participantes no decorrer da construção. Esta técnica tem um custo relativamente baixo e uma rápida resposta, além de fornecer à comunidade uma representação com precisão razoável e com muita informação do conhecimento territorial (SILVA; VERBICARO, 2016). O mapa resultante deste processo pode ser utilizado tanto para determinar dados quantitativos como distâncias e direções, como mostra a figura 11 onde apresentamos o produto da representação espacial – elaborada a partir o uso das técnicas de mapeamento participativo.

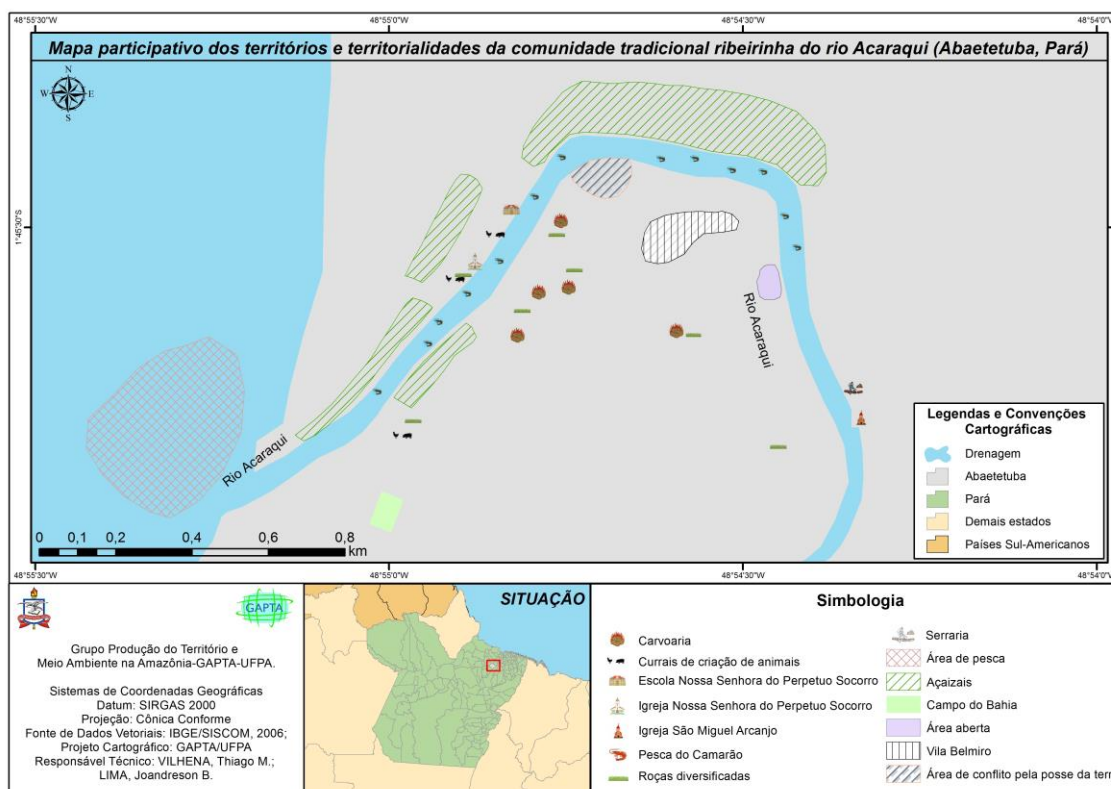
















Figura 11 – Mapa participativo dos territórios e territorialidades da comunidade tradicional ribeirinha do rio Acaraqui (Abaetetuba, Pará)

Fonte: Elaboração dos Autores.

O mapa participativo produzido em conjunto com os moradores do rio Acaraqui nos traz elementos distintos, em que percebemos que a maioria das representações está em terrenos localizados ao lado ou próximo às residências. Na figura 11 percebemos que há grandes açais ao longo do rio – o que corrobora com as figuras 2 e 3 – e se compararmos com as outras estratégias de sobrevivência presentes no mapa, esta grande área também nos revela e concorda com os dados apresentados por Lima (2015), de que a região do rio Acaraqui vem se destacando como forte exportador de açaí em todo o estado do Pará. Outros elementos que vemos no mapa nos trazem informações sobre as territorialidades presentes na região, como é o caso da plotagem de informações acerca de

conflitos pela terra e ao longo do rio. O quadro a seguir será utilizado como ferramenta de auxílio para os habitantes locais compreenderem os símbolos que foram mapeados por eles e transferidos para o programa de geoprocessamento.

Quadro 01 – Ilustração sobre cada símbolo da legenda representada no mapa.

	Carvoaria: Representa os pontos onde estão presentes os fornos de fabricação de carvão.
	Currais de criação de animais: Representação dos locais onde as famílias criam animais.
	Escola: Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, representa o ponto da escola municipal.
	Igreja: Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, representação do ponto religioso dentro da comunidade.
	Pesca do Camarão: Representação dos pontos de pesca do camarão com matapi
	Roças: Plantações diversificadas que são utilizadas como estratégias de sobrevivência.
	Serraria: Representação dos pontos de serraria dentro do rio, que também serve como estratégia de sobrevivência.
	Area de pesca: Representação da área de pesca livre na região, popularmente conhecida como Bahia.
	Açaizais: Locais de plantação de açaí, principal estratégia de sobrevivência local.
	Campo do Bahia: Locais de lazer dos ribeirinhos
	Vila Belmiro: Vila de casas ribeirinhas
	Area de conflito pela posse da terra: Localização de conflitos territoriais
	Vila Santa Maria: Vila de casas ribeirinhas
	Igreja: Representação do ponto religioso dentro da comunidade.

Fonte: Elaboração dos Autores.

Nesse sentido, também observamos no mapa participativo elaborado com a comunidade a presença de igrejas, escolas, serrarias, áreas abertas (que podem ser utilizadas em um futuro próximo para plantações) e campo de futebol, estas são representações dos locais de trabalho, (usados como estratégia de sobrevivência) como é o caso das serrarias como os territórios de vivência da comunidade do baixo rio Acaraqui.

A grande quantidade de açaizais ao longo do rio denuncia este como uma das grandes comunidades exportadoras do fruto da região, logo também denuncia o que já falamos acima, que o fruto norteia a economia e a dieta alimentar dos ribeirinhos, fazendo parte do modo de vida.

Outros espaços presentes no mapa são relacionados aos territórios pesqueiros, que destacam os territórios onde boa parte do pescado é coletado e, posteriormente, utilizado para a subsistência. Outros elementos que vemos no mapa nos trazem informações sobre as territorialidades presentes na região, como é o caso da representação feita de um conflito territorial ao longo do rio.

Analizamos também que a prática da carvoaria, das roças e da criação de animais, são territórios quase que unidos. Porém, o açaí é o único que parece estar sozinho em uma determinada porção da terra e não se mistura com as outras estratégias de sobrevivência. Também está presente no mapa a presença de igrejas, escolas, serrarias e áreas de lazer, como o campo de futebol (campo do time local); estas são representações dos locais e territórios de vivência da comunidade do rio Acaraqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos de suma importância este texto para o entendimento das dinâmicas presentes na comunidade do rio Acaraqui, assim como a compreensão e análise das estratégias de sobrevivência, que nos possibilitaram traçar um perfil socioeconômico dos moradores da área estudada, que permitem destacar os métodos de conservação e degradação dos recursos naturais, além da identificação dos apetrechos ou outros instrumentos que aqueles sujeitos utilizam para viabilizar o seu dia a dia, tanto no trabalho como em outras ocasiões.

A comunidade em específico traz consigo um enraizamento cultural ligado a povos quilombolas, logo, o poder estatal a classifica como tal, porém, dentro da mesma os homens e mulheres dividem suas opiniões acerca do assunto. Uns se consideram ainda quilombolas e adquiriram costumes ligados a povos africanos; outros se consideram apenas parentes dos antigos escravos que ali viviam e pouco ou nunca usam os antigos costumes; outra – mas não menos importante – parcela da população não se acha quilombola e não se reconhece como tal. Cabe a nós entendermos que o Governo tem projetos ligados para este tipo de comunidade tradicional, assim, é de estratégia para alguns manter as antigas tradições apenas pelo fato de serem contemplados com algum recurso destinado aos quilombolas dos brasileiros.

No que tange aos conceitos e categorias aqui discutidos, buscamos dialogar com visões que ora se entrelaçam, ora se divergem devido ao contexto histórico que cada um está inserido. A exemplo disso, voltamos a falar sobre Raffestin, este como grande geógrafo

que teve importantes escritos tratando do território, em contrapartida vemos as colocações atuais e abrangentes feitas por Marcos Aurélio Saquet. Assim, as colocações sobre o território foram de suma importância para entendermos como hoje este é visto e como podemos entender as populações amazônicas e suas abrangências/influências territoriais. Coube-nos neste trabalho tentar mostrar como o mapeamento participativo representa os territórios/territorialidades e como estas se configuram no espaço geográfico.

O mapeamento participativo deve ser utilizado como ferramenta para representar como a comunidade percebe o seu território e as características significativas dentro do mesmo. Tais características podem incluir representações dos traços físicos naturais, assim como traços socioculturais conhecidos pela própria comunidade. Podemos refletir que o diferencial do mapeamento participativo está relacionado ao fato em que não se limita a simplesmente representar o desenho geográfico, sendo possível ilustrar importantes conhecimentos/acontecimentos sociais, culturais e históricos, incluindo, por exemplo, informações relacionadas à ocupação do uso da terra, mitologia, demografia, grupos étnico-linguísticos, padrões de saúde e distribuição da mesma. Contudo, apesar destes territórios estarem muito bem delimitados em nosso mapeamento participativo, *in loco*, não percebemos tais territorialidades sem a ajuda de um morador local.

Nesse sentido, a percepção dos habitantes da área de estudo foi condição importante para a configuração da representação espacial por meio do uso e aplicação de técnicas para o mapa participativo, evidenciando as delimitações dadas pelos moradores para os seus respectivos territórios e para as territorialidades exercidas por esses no seu cotidiano. Cada morador reconhece e respeita os limites dos territórios dos outros e o mapa participativo reafirma essa perspectiva, uma vez que durante a coleta de informações em campo, todos reconhecem as fronteiras territoriais de seus vizinhos.

No que tange às estratégias de sobrevivência, concluímos que o açaí norteia a economia e a dieta dos habitantes da comunidade, mesmo no seu período de entre safra (momento de baixa da fruta), e as outras estratégias aparecem como complemento na economia. A variedade destes deixa a população com um leque de possibilidades que ajudam em momentos difíceis, porém concluímos ainda que a circulação de capital, dentro da comunidade no período de safra da fruta praticamente triplica, e vários moradores buscam fazer reservas de capital, para que quando o açaí, sua principal estratégia de sobrevivência, esteja em baixa, esta poupança será usada para manter a vida, caso necessário.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- ALMEIDA, G. P.; VENTORINI, S. E. Mapeamento participativo de áreas de risco a movimento de massa no bairro Senhor dos Montes – São João Del-Rei, MG. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n. especial (1), p. 79-93, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp79>>. Acesso em: 27mar. 2016.
- GORAYEB, A. **Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo erradicação da miséria**. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>>. Acesso em: 27mar. 2016.
- IFAD. International Fund for Agricultural Development. **Good practices in participatory mapping: a review prepared for the International Fund for Agricultural Development (IFAD)**. Italy: IFAD, 2009.
- JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 45-69.
- LIMA, R. S. **Na safra e na entressafra do açaí: uso do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo rio Meruí, Igarapé Miri, Pará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2015.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, São Paulo, n. 2, 1983.
- _____. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios, Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- _____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- _____. **Por uma geografia das temporalidades e das territorialidades**. 2.ed. São Paulo: Consequência, 2015.
- SILVA, C. N. **A representação espacial e a linguagem cartográfica**. Belém: GAPTA/UFGA, 2013.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O Mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**, v. 12, n. 5, p. 1-12, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.14808/sci.plena.2016.069934>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Percepções geográficas: educação, sociedade e meio ambiente na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPa, 2014.

SILVA, C. N. [et al.]. Estratégias de sobrevivência na Amazônia Paraense: o caso dos moradores do baixo Rio Meruí (Igarapé-Miri/Pará/Brasil). **Revista Geosul**, v. 31, n. 62, p. 151-172, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2016v31n62p151>>. Acesso em: 20 mar. 2017.